

DESTAQUES

AGU 2025

AGU
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO



EXPEDIENTE

Assessor Especial de Comunicação Social
Luiz Rabelo

Coordenador-Geral de Comunicação Social
Priscilla Araújo

Coordenadora de Imprensa e Conteúdo
Maísa Moura

Coordenadora de Comunicação
Karla Soares

Editor Chefe
Humberto Viana

Designers
André Batista
Catarine Sá
Felipe Matheus
Leonardo Bernardes
Wemerson Neves

Fotógrafos
Daniel Estevão
Emanuelle Senna
Renato Menezes



ÍNDICE

pág. |

1. APRESENTAÇÃO	4
2. LINHA DO TEMPO	6
2023 REESTRUTURAÇÃO	8
2024 CONCILIAÇÃO	14
3. DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS	18
DEMOCRACIA PLATAFORMAS DIGITAIS	20
Defesa da Democracia	21
Escritórios de advocacia exterior	22
Plano Nacional de Negociação	23
DIREITOS HUMANOS	23
Vladimir Herzog	24
Atuação internacional	25
4. JUSTIÇA	27
Reembolso INSS	28
Infrações ambientais	29
Língua Indígena Viva no Direito	30
Acordo Itaipu	32
Planos econômicos	33
Igualdade salarial	34
Pensão para vítimas do Zika vírus	34
Repatriação de menores	35
Redução da litigância	36
Pacífica	37
5. DINHEIRO PÚBLICO	38
Atuação Negocial da União	40
Ressarcimento ao Erário	41
Autarquias e fundações	42
Resolve Dívidas	43
Recuperação de ativos	44
Desenrola	44
Acordos do Fundef	45
6. GESTÃO	46
INOVAÇÃO	48
Caravanas	48
Plataforma Desafios AGU	50
Consolidação do Sandbox	51
Guia de Contratações Públicas Sustentáveis	52
Ações estruturais	52
Instalações eficientes	52
Comunicação	53
Segurança Jurídica	54
Novos servidores	55
TRANSPARÊNCIA	56
Código de ética	56
Portal dos honorários	57
Princípios e valores	57





APRESENTAÇÃO

Em janeiro de 2023, no início da atual gestão da Advocacia-Geral da União, delineamos uma série de compromissos que, desde então, nortearam a atuação de cada um que faz parte desta instituição. Naquela ocasião, falamos muito em "recuperação do que havia sido perdido", uma proposta de resgate e fortalecimento da ordem democrática, da estabilidade das instituições e da necessidade de a AGU se voltar para seu caráter de órgão de sustentação e indução das políticas públicas.

Agora, às portas de 2026, podemos dizer que boa parte do que propusemos foi alcançado, se não em sua plenitude, pelo menos em um estágio muito próximo de consolidação ou normalidade.

Meio ambiente, cidadania, inovação, redução de litígios: não importa o tema, onde a AGU operou, seja como órgão consultivo, seja como representante judicial e extrajudicial da União, cumpriu à risca a missão de preservar a Democracia, buscar a Justiça, incrementar a gestão por meio da Inovação e zelar pelos recursos públicos.

É nessa trilha da Democracia, Justiça e Gestão que este Destaques 2025 vai conduzir o leitor. Aqui, procuramos organizar os assuntos que foram destaques no ano e lembrar momentos que orgulham cada membro da AGU, como, por exemplo, a iniciativa da nossa instituição

de fazer uma consulta pública sobre as políticas de moderação de conteúdo das plataformas digitais, gesto que qualificou o debate sobre liberdade de expressão e democracia no País.

Também vamos lembrar os momentos em que a AGU trabalhou firmemente pelo cumprimento da justiça, fosse garantindo a entrega de direitos ou corrigindo injustiças, caso do acordo para ressarcimento de aposentados e pensionistas do INSS que foram vítimas de fraudes - um trabalho inédito em termos de abrangência e agilidade.

Outro exemplo foi a atuação da AGU na área ambiental e climática, com o ajuizamento de ações civis públicas que bateram recordes em 2025 e a participação inédita da AGU na 30ª edição da Conferência das Partes da Nações Unidas (COP30), realizada em Belém.

O ano também marcou a consolidação do nosso Laboratório de Inovação e seus produtos disruptivos como o Sandbox Regulatório e o maior projeto de inovação aberta do país: as Caravanas de Inovação, que está unindo a advocacia pública brasileira para formar uma grande rede de colaboração jurídica.

Este Destaques 2025 registra, portanto, os principais resultados do esforço coletivo de membros, servidores e colaboradores da AGU que demonstraram, ao longo deste ano, compromisso com os valores que nos guiam e empenho com os projetos que traçamos.



Jorge Messias
Advogado-Geral da União



LINHA DO TEMPO

A edição de 2025 do Destaques AGU é um recorte de um projeto maior, estruturado em 2023 e implementado ao longo dos anos subsequentes. Este projeto aponta para uma advocacia pública que transcende o papel de órgão de controle interno para se tornar sujeito ativo na sustentação de políticas públicas, na defesa da Democracia, no resgate dos valores da Justiça, na proteção ambiental e na inovação na administração pública.

A seguir, uma breve trilha que resgata a adoção dos principais instrumentos, iniciativas e ajustes institucionais que possibilitaram à AGU chegar ao ponto em que nos encontramos.



2023 — REESTRUTURAÇÃO

JANEIRO

- No dia dos atos golpistas de "8 de janeiro", a AGU ingressa com sete ações judiciais para responsabilizar os envolvidos pela depredação da Praça dos Três Poderes.
- Criação da Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e do Meio Ambiente (Pronaclima), unidade que garante segurança jurídica às políticas públicas de desenvolvimento sustentável.



Foto: Joedson Alves

FEVEREIRO

- Criação do Grupo Especial de Defesa dos Povos Indígenas, para elaborar e uniformizar estratégias jurídicas em processos judiciais e de assessoramento jurídico.

MARÇO



- Criação do AGU Recupera, equipe liderada pela AGU com a atribuição de adotar medidas jurídicas de proteção dos biomas brasileiros.

- AGU consegue reverter no STF a tese da Revisão da Vida Toda, que poderia custar até R\$ 500 bilhões aos cofres públicos.



Foto: Ricardo Zlg Koch Cavalcanti





Foto: Divulgação

ABRIL

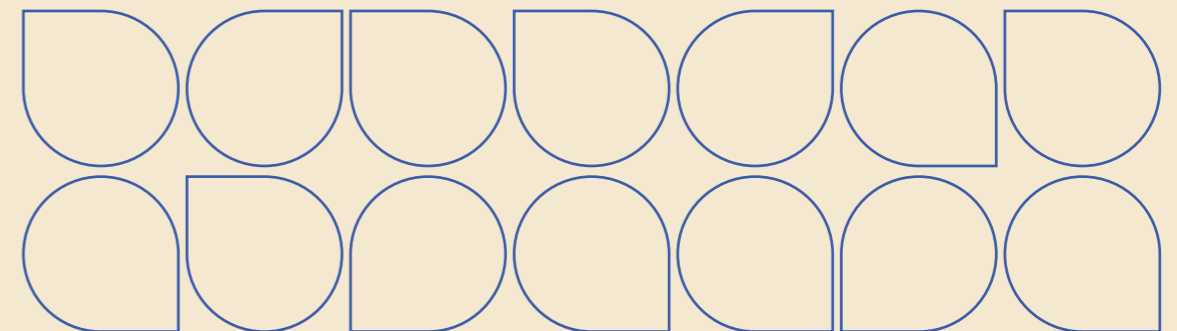
- Por intermédio da AGU, o Estado brasileiro reconhece a violação dos direitos de propriedade e proteção jurídica de comunidades quilombolas de Alcântara (MA).



Foto: Daniel Estevão - Ascom/AGU

MAIO

- Entra em atividade o Laboratório de Inovação da AGU – Labori, para criar pontes entre ideias, tecnologias e conhecimento na Administração Pública.





JUNHO

- No Dia Mundial do Meio Ambiente, a AGU ingressa com 765 ações para cobrar R\$ 628 milhões de infratores ambientais.



SETEMBRO

- A AGU passa a utilizar ferramentas de Inteligência Artificial (IA) na produção de documentos jurídicos.
- É criado o Observatório da Democracia, centro de estudos para produzir relatórios, debates e publicações voltadas ao fortalecimento da democracia.
- Ministério da Igualdade Racial e AGU lançam o "Programa Esperança Garcia – Trajetórias Negras", para capacitar candidatos negros para concursos públicos.

OUTUBRO

- A AGU ingressa com ação para remover canais digitais que espalham teorias antivacinas e vendem certificados de vacinação adulterados.

NOVEMBRO

- Instalação da Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios (Sejan), cujo objetivo é trabalhar pela diminuição de litigiosidade no ambiente de negócios.

DEZEMBRO

- No Dia Internacional Contra a Corrupção, a AGU assina portaria para fortalecer a cooperação interinstitucional no combate à corrupção.



2024

CONCILIAÇÃO



Foto: Emanuelle Sena

MARÇO

- A AGU adere ao compromisso do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento por igualdade de gênero nas instituições.



Foto: Bruno Peres Agência Brasil

ABRIL

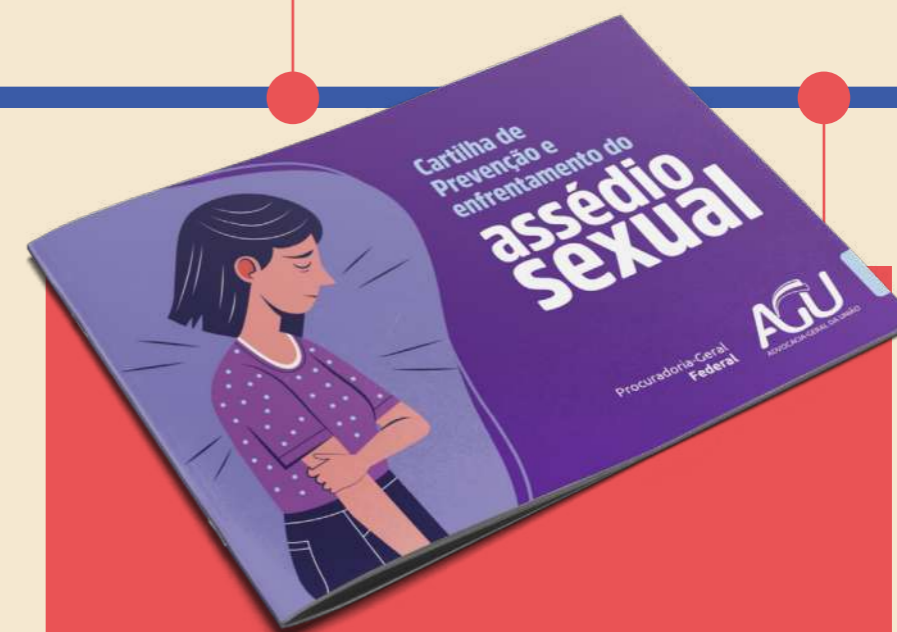
- Criação do grupo especial para dar suporte jurídico às ações do Governo Federal em resposta aos efeitos das enchentes no Rio Grande do Sul.

JUNHO

- A AGU ajuíza 648 ações de cobrança de R\$ 1,1 bilhão de infratores ambientais.

JULHO

- Criação da Rede Federal de Mediação e Negociação - Resolve, para estimular soluções consensuais em conflitos administrativos.



AGOSTO

- Lançamento da Cartilha de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual no Serviço Público Federal.



SETEMBRO

- A AGU promove acordo entre comunidades quilombolas de Alcântara e o Programa Espacial Brasileiro.
- Criação do AGU Enfrenta, Grupo de Enfrentamento Estratégico aos Ilícitos e Crimes Ambientais.

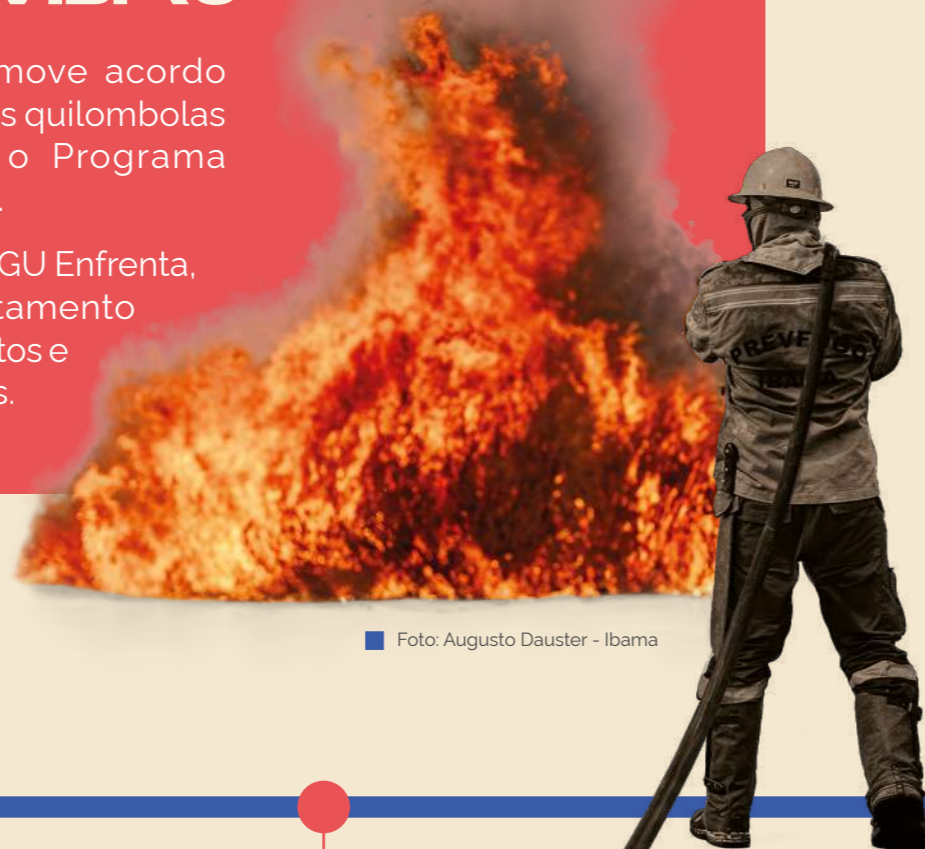


Foto: Augusto Dauster - Ibama

OUTUBRO

- A AGU firma o Novo Acordo da Bacia do Rio Doce, pacto entre o Poder Público e empresas de mineração para reparação pelos danos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão (MG).

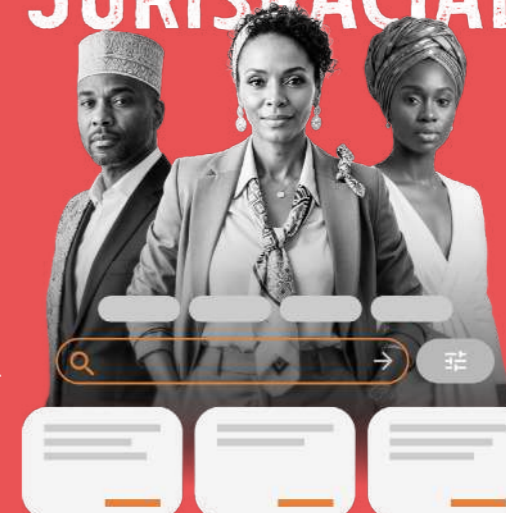


Foto: Daniel Estevão - Ascom AGU

NOVEMBRO

- Em parceria com o Ministério da Igualdade Racial, a AGU lança a plataforma JurisRacial, que reúne leis e decisões judiciais relacionadas ao racismo.
- Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, a AGU lança o Guia Referencial Sandbox, metodologia que estabelece parâmetros para a criação de ambientes regulatórios experimentais no País.

JURISRACIAL



DEZEMBRO

- A AGU é reconhecida como Instituição de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICT), o que permite a ampliação das iniciativas em pesquisa e inovação, além da facilitação de parcerias com entidades públicas e privadas voltadas a essa finalidade.



2025



DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS



A defesa e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito seguiram como prioridade para a AGU em 2025. A responsabilização dos envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 foi adiada com a contratação de escritórios estrangeiros para demandar a extradição dos criminosos foragidos em outros países.

Outra importante atuação internacional da AGU foi a defesa da soberania do País e das instituições democráticas brasileiras no caso de sanções impostas pelos Estados Unidos.

No ambiente digital, a Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia (PNDD) intensificou suas ações, com o enfrentamento constante à desinformação e a realização de consulta pública que subsidiaram o julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre a atuação das plataformas e redes digitais no País.

A intersecção entre democracia e direitos humanos foi constante ao longo do ano, com a celebração de acordos com as vítimas da ditadura militar, como no caso da família do jornalista Vladimir Herzog e na resolução de casos que se arrastavam há décadas em organismos internacionais como a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Plataformas digitais

Em janeiro de 2025 a AGU organizou uma audiência pública sobre o enfrentamento à desinformação nas plataformas digitais. A iniciativa se deu em meio às discussões em torno das mudanças das políticas de verificação de conteúdo da Meta — empresa responsável pelas redes sociais Instagram, Threads, Facebook e WhatsApp —, que incluíam redução de filtros de moderação e o fim da checagem de fatos nas plataformas americanas.

A iniciativa da AGU contou com a participação de 34 especialistas e representantes da sociedade civil que debateram o combate à desinformação e a proteção de direitos fundamentais nas redes sociais.

Do encontro saíram 78 contribuições que foram sistematizados e enviados ao Supremo Tribunal Federal como subsídios para julgamentos sobre o tema — como o realizado em junho, sobre responsabilidade das plataformas.



Foto: Emanuelle Sena

Defesa da Democracia

Criada em 2023, a Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia (PNDD) atua no combate à desinformação que possa afetar as políticas públicas e as instituições democráticas. Ao longo de 2025, a PNDD usou as notificações extrajudiciais para combater ações de desinformação. Foram 141 notificações, com taxa de atendimento parcial ou integral de 88%.

As iniciativas da Procuradoria foram apoiadas em pedidos de remoção de contas de plataformas digitais e direitos de resposta, além de providências em relação a campanhas de fake news.

Além das notificações, a PNDD moveu sete ações judiciais em casos mais complexos, como na ação civil pública contra uma produtora de vídeo por veicular conteúdo desinformativo sobre o Caso Maria da Penha.

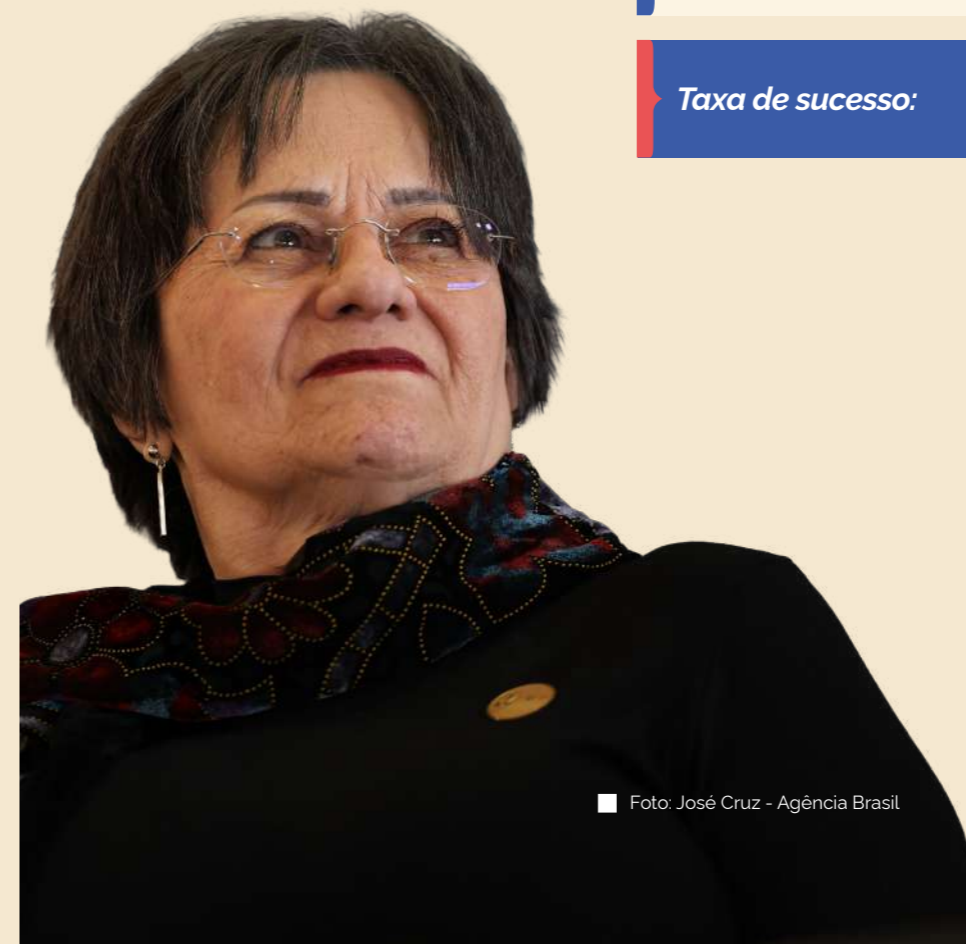


Foto: José Cruz - Agência Brasil

Escritórios de advocacia no exterior

Em agosto, a AGU contratou um escritório de advocacia para representar os interesses da República Federativa do Brasil perante órgãos e autoridades americanas. No escopo do contrato estão medidas de caráter punitivo aplicadas contra os interesses do Estado Brasileiro, de empresas e de agentes públicos, tais como aplicação de novas tarifas, negação de vistos, bloqueio de ativos e restrições financeiras.

A AGU também celebrou contratos com escritórios nos países em que golpistas condenados pelo 8 de janeiro estão foragidos. A mesma estratégia foi adotada para o caso da ex-deputada Carla Zambelli, foragida e presa na Itália, e para a defesa do ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, sancionado em virtude do exercício de suas funções públicas.



Foto: Daniel Estevão - Ascom AGU

DIREITOS HUMANOS

Plano Nacional de Negociação

Desde 2023, a AGU fechou mais de 1,6 mil acordos no âmbito do Plano Nacional de Negociação (PNN) nº 23, que trata do reconhecimento da condição de anistiado político pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e da fixação do valor da indenização por danos morais ou materiais.

Os acordos ultrapassam R\$ 130 milhões em indenizações. Em sua maioria, são casos de pessoas presas, torturadas e perseguidas pelo Estado Brasileiro durante o regime militar. Além de entregar direitos e promover reparação, os acordos representam economia aos cofres públicos, ao evitar possíveis condenações na Justiça.



Foto: Adobe Stock



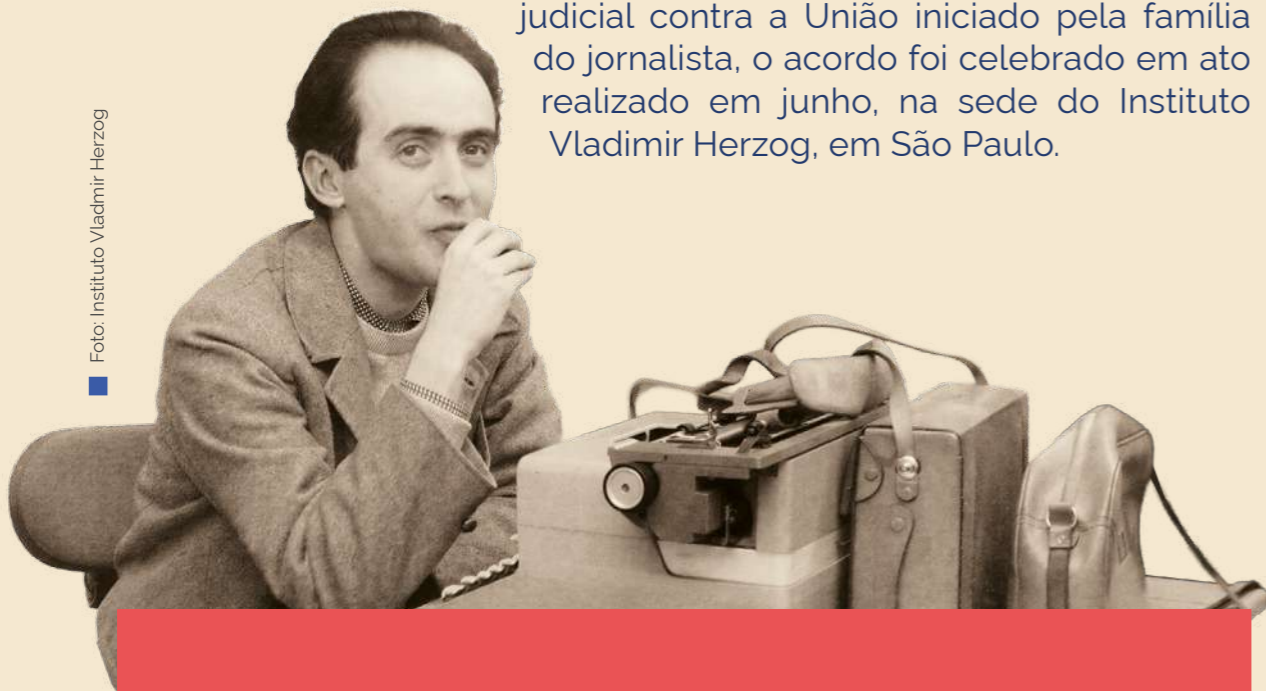
Vladimir Herzog

Cinquenta anos depois da morte do jornalista Vladimir Herzog, assassinado pela ditadura militar nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo, o Estado Brasileiro celebrou a assinatura de um acordo de indenização à família do jornalista e, mais uma vez, pediu desculpas publicamente pela violência perpetrada.

O acordo fez parte do trabalho que vem sendo realizado pela AGU para promoção da cultura da consensualidade na resolução de litígios entre a sociedade e o Estado.

Firmado pela AGU no âmbito de um processo judicial contra a União iniciado pela família do jornalista, o acordo foi celebrado em ato realizado em junho, na sede do Instituto Vladimir Herzog, em São Paulo.

Foto: Instituto Vladimir Herzog



“Dirimir conflitos de maneira consensual e promover a justiça histórica, além de serem mandamentos da nossa Constituição, são compromissos éticos da AGU.”

Jorge Messias



Atuação internacional

A virada de postura da AGU em relação aos direitos humanos teve reflexos na participação do País em organismos internacionais. Em 2025, em nome da União, a AGU pediu desculpas oficialmente às famílias dos 96 bebês recém-nascidos que morreram em clínica pediátrica em Cabo Frio (RJ), entre 1996 e 1997. O caso levou o Brasil à Corte Interamericana de Direitos Humanos, na qual atua a Procuradoria Nacional da União de Assuntos Internacionais (PNAI).

A AGU também celebrou acordo em outro caso que tramitava na Corte, o caso Lapoente, e pôs fim a um processo que tramitava há mais de 30 anos. O acerto garantiu a reparação civil a familiares do cadete Márcio Lapoente da Silveira, que faleceu durante curso de formação na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende (RJ), em 1990.





JUSTIÇA



Em 2025, a atuação da AGU manteve o foco no fortalecimento da cidadania, assegurando aos cidadãos brasileiros direitos sociais e individuais, além de garantir a aplicação das leis e políticas públicas. Para isso, a instituição promoveu conciliações e protegeu os interesses do Estado e dos cidadãos.

Um dos destaques do ano foi a atuação rápida e efetiva na restituição dos recursos descontados indevidamente em aposentadorias e pensões do INSS, na cobrança de multas ambientais e na recuperação de áreas degradadas.

O caso da fraude no INSS exigiu articulação com várias instituições para agilizar as restituições a aposentados e pensionistas, realizadas com recursos do Governo Federal. A conciliação foi a tônica desse e de vários outros casos, evitando longos períodos de disputas na Justiça.

A AGU também atuou em temas que envolviam a proteção de indígenas e quilombolas, a concessão de pensões para vítimas do Zika vírus e a repatriação de menores.

Em suma, foi um ano em que a AGU reforçou seu compromisso com a garantia dos direitos sociais, garantindo segurança jurídica à União e justiça a todos os grupos que dependem do Estado.





Reembolso INSS

A participação da AGU foi crucial para agilizar o reembolso dos aposentados que foram vítimas de descontos associativos não autorizados em benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Homologada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), uma proposta pactuada pela AGU, INSS, Ministério da Previdência Social, Defensoria Pública da União (DPU), Ministério Público Federal e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) garantiu o ressarcimento das vítimas e tornou-se um exemplo de atuação da AGU em busca da consensualidade e garantia de direitos.

Em menos de 45 dias após a eclosão da fraude, cerca de 3,7 milhões de segurados, entre aposentados e pensionistas, foram ressarcidos sem a necessidade de acionamento da Justiça. Os valores devolvidos chegam a R\$ 2,5 bilhões, e 29 ações foram ajuizadas para bloquear bens de entidades associativas e empresas responsáveis pela fraude.

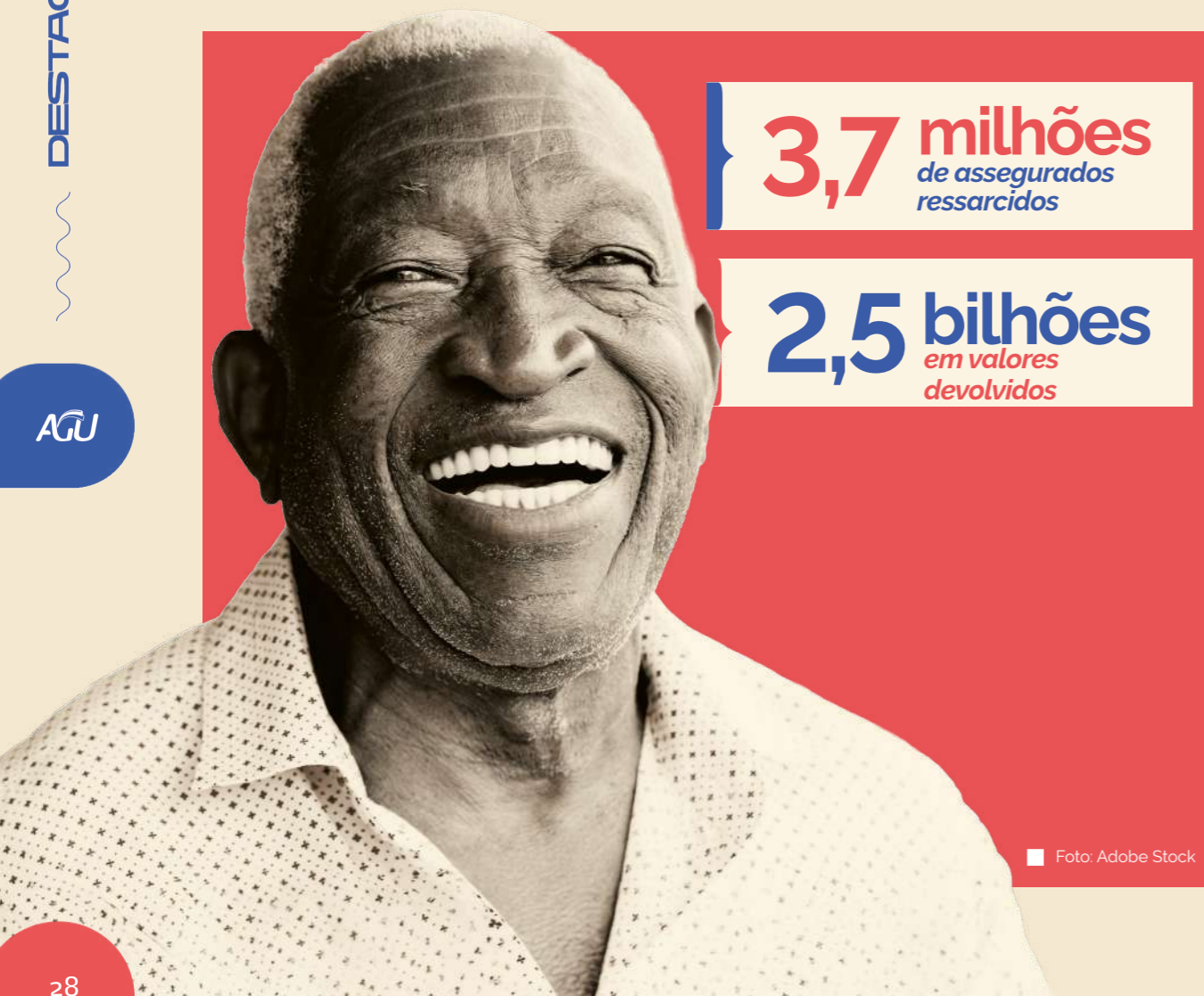


Foto: Adobe Stock

Infrações ambientais

A questão ambiental continuou sendo um dos principais eixos de atuação da AGU. Por meio da Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e do Meio Ambiente (Pronaclima), a AGU garantiu o cumprimento das leis ambientais e a adoção de medidas jurídicas de proteção dos biomas e do patrimônio nacional.

O programa AGU-Recupera, uma das principais iniciativas da Pronaclima para a reparação de danos ambientais no território nacional, seguiu sua estratégia de responsabilização civil por desmatamento e bateu recordes em autuações.

Até novembro, foram ajuizadas 412 ações civis públicas, envolvendo 796 réus, com valores que somam R\$ 7,5 bilhões. As ações abrangem uma área de 428 mil hectares pleiteados para recuperação ambiental, e os pedidos de indisponibilidade de bens chegam a R\$ 2 bilhões.



Foto: Marcelo Camargo - Agência Brasil





Língua Indígena Viva no Direito

Um dos projetos da AGU que melhor sintetizam a ideia de diversidade, direitos e justiça é o programa Língua Indígena Viva no Direito. Criado em 2024 e fruto da parceria entre a AGU, o Ministério dos Povos Indígenas e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a iniciativa traduz textos legais para as línguas indígenas mais faladas no País.

Em agosto, em cerimônias no Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Amazonas, foram realizadas as primeiras entregas de exemplares das versões da Constituição para as línguas Tikuna, Kaiowá e Kaingang. Em outubro, um novo acordo foi firmado, desta vez para a tradução da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Foto: Daniel Estevão - Ascom AGU



Número de falantes de cada língua:

Tikuna 51 mil

Kaiowá 38 mil

Kaingang 27 mil





R\$ **240 milhões**
de reparos



Foto: Emanuelle Senna - Ascom AGU



Acordo Itaipu

Em março, a AGU firmou um acordo histórico para interromper disputas por terras no oeste do Paraná que já duravam 52 anos. O pacto, firmado pela empresa Itaipu Binacional, Funai, Incra e Ministério dos Povos Indígenas, garantiu a aquisição de 3 mil hectares de terras rurais como forma de reparação pelos danos causados às comunidades indígenas Avá-Guarani durante a construção da Hidrelétrica de Itaipu, nos anos 70.

O acordo teve como efeito imediato a mitigação da violência e da miséria enfrentadas pelas comunidades indígenas da região e o reconhecimento dos direitos do povo Avá-Guarani pelo Estado Brasileiro. A medida resultou na disponibilização de R\$ 240 milhões, custeados pela Itaipu Binacional, que serão usados para a aquisição das terras.

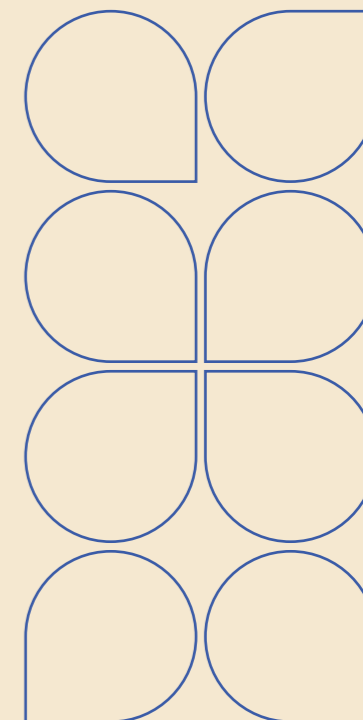
Planos econômicos

Um dos destaques do ano foi a declaração de constitucionalidade, pelo Supremo Tribunal Federal, do acordo que garantiu compensação aos poupadores pelos planos econômicos Bresser (1987), Verão (1989), Collor (1990) e Collor II (1991). O acordo foi firmado com a participação da AGU.

A pactuação, que havia sido homologada em 2018, formalizou 326.188 acordos, com pagamentos que ultrapassam R\$ 5 bilhões, abrangendo os quatro planos econômicos. A decisão do STF também abriu prazo de 24 meses para novas adesões ao acordo coletivo.

326 mil
acordos

5 bilhões
em valores devolvidos
aos poupadores



“É o capítulo final nos períodos de inflação descontrolada no Brasil, e o compromisso do País com um sistema financeiro que garante o poder de compra da moeda brasileira”

Flavio Roman, Advogado-Geral da União substituto



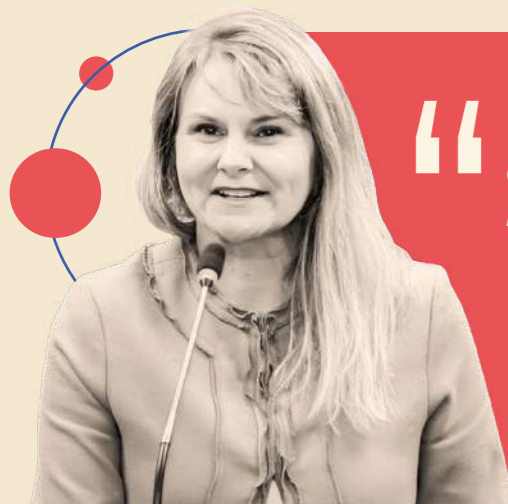


Igualdade salarial

A defesa das políticas públicas federais de trabalho e emprego também esteve na pauta da AGU por meio da Procuradoria Nacional da União de Trabalho e Emprego (PNTE), órgão vinculado à Procuradoria-Geral da União.

Entre os destaques estão as ações relacionadas à Lei de Igualdade Salarial entre homens e mulheres (Lei 14.611/2023), assunto fundamental para combater desigualdades remuneratórias.

Até o final de agosto, a taxa média de sucesso da PNTE nas ações ajuizadas na Justiça Federal e na Justiça do Trabalho em todo o País foi de 74,12%. Na Região Sul, o índice de sucesso supera 97%.



“Nosso objetivo é assegurar que a lei não seja apenas uma letra, mas uma ferramenta viva de transformação social.”

Caroline de Melo e Torres,
procuradora nacional da União
de Trabalho e Emprego



Repatriação de menores

Em 2025, a AGU consolidou sua interpretação sobre subtração internacional de crianças. Por intermédio da Procuradoria Nacional da União de Assuntos Internacionais (PNAI), a instituição defendeu uma visão mais humanizada da Convenção da Haia, reconhecendo que a violência doméstica contra o genitor responsável também configura risco à criança.

A tese foi apresentada em outubro, durante a realização do II Fórum Global sobre Violência Doméstica e Subtração Internacional de Crianças, em Fortaleza (CE), e já havia sido acatada em agosto pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 4245 e 7686.

“Esse debate deve incluir medidas de suporte às vítimas antes que elas pratiquem a subtração internacional da criança, fugindo do ambiente de violência”

Boni Soares, procurador
nacional da União de
assuntos internacionais



Pensão para vítimas do Zika vírus

Uma petição proposta pela AGU ao Supremo Tribunal Federal tornou possível o cumprimento da Lei 15.156/2025, que assegura auxílios financeiros a cerca de três mil crianças vítimas do Zika vírus. O pagamento estava suspenso devido às restrições das metas fiscais do Governo Federal.

A AGU demonstrou no STF que a suspensão ocorreu não em razão do mérito, mas devido à inobservância das regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. Com o acolhimento do pedido, foi possível instituir indenização de R\$ 50 mil, além de pensão especial no valor de R\$ 8.157, às vítimas da doença.



Judaine Freitas e sua filha Ayla Freitas (à esquerda) serão beneficiadas com o cumprimento da Lei 15.156/2025

Foto: Daniel Estevão - AscomAGU



Emanuelle Sena - AscomAGU

Presidente do STJ, Herman Benjamin, e Advogado-Geral da União, Jorge Messias, renovando acordo de cooperação para redução de litígios

Redução da litigância

Em outubro, a AGU renovou acordo de cooperação com o Superior Tribunal de Justiça (STJ) para a prevenção de litígios, o gerenciamento de precedentes qualificados e o fomento da resolução consensual de controvérsias. A interposição de recursos passou a ser uma medida excepcional, acelerando a tramitação processual e aprimorando a atuação estratégica da advocacia pública. Alterando a lógica da atuação da advocacia pública nos três principais ramos contenciosos, a AGU vem obtendo excelentes resultados.

O programa Pró-Estratégia, instituído em 2023 pela Procuradoria-Geral Federal (PGF), faz com que cheguem ao STJ somente os casos em que a defesa da tese jurídica é imprescindível. Em 2025, até setembro, a PGF desistiu de 969 e se absteve em 17 dos 4.316 processos analisados em matéria previdenciária. Em matéria não previdenciária, foram 1.568 desistências recursais e 12 abstenções em um universo de 9.031 processos analisados.

Nos últimos anos, a Procuradoria-Geral da União (PGU) conseguiu reduzir em mais de 20% a participação da União no acervo de processos do STJ. E a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) registrou a redução de 68% no volume de processos recursais.

Pacífica

Em outubro, a AGU, por meio da Procuradoria-Geral Federal (PGF), desenvolveu a Plataforma de Autocomposição Imediata e Final de Conflitos Administrativos – Pacífica. A solução tecnológica que une gestão, inovação e antecipação, usa a inteligência artificial para resolver conflitos que envolvam benefícios previdenciários negados pelo INSS, inicialmente o salário-maternidade rural.

A ferramenta, desenvolvida por meio da troca de dados das três instituições, permite a mediação logo após a negativa do pedido pelo INSS.

Ao analisar o caso, a plataforma compara os documentos das beneficiárias com o histórico dos normativos e das resoluções de conflitos extrajudiciais semelhantes.

A partir desse método é possível a entrega de direitos em quase 60% dos pedidos, evitando o ajuizamento de processos na Justiça, garantindo a implementação dos benefícios e propiciando uma grande economia de tempo e recursos processuais.



Thaiany de Jesus Gonçalves, Quilombola - Beneficiária do PACIFICA



Geisa Conceição da Silva, Quilombola - Beneficiária do PACIFICA





DINHEIRO PÚBLICO

Na busca por uma gestão fiscal mais transparente e eficiente, a Advocacia-Geral da União (AGU) tem, desde 2023, impulsionado a conciliação como ferramenta para proteger o dinheiro público e reduzir a litigiosidade. Essa abordagem tem sido crucial para mitigar riscos e otimizar recursos estatais.

Órgãos como a Procuradoria-Geral Federal (PGF) e a Procuradoria-Geral da União (PGU) lideram a inovação na lógica de cobrança e apresentam resultados claros. A PGF, por exemplo, deu um salto de arrecadação, via protesto, de R\$ 461 milhões em 2023 para R\$ 2,74 bilhões em 2025.

Mecanismos alternativos de recuperação de crédito, como o Programa "Desenrola" e os acordos de leniência celebrados no âmbito da Procuradoria-Geral da União (PGU), têm amplificado a recuperação de créditos ao mesmo tempo em que minimizam os custos processuais.

Essa atuação proativa e baseada em dados não apenas impulsiona a arrecadação, mas resguarda ativamente as finanças e o patrimônio público nacional.

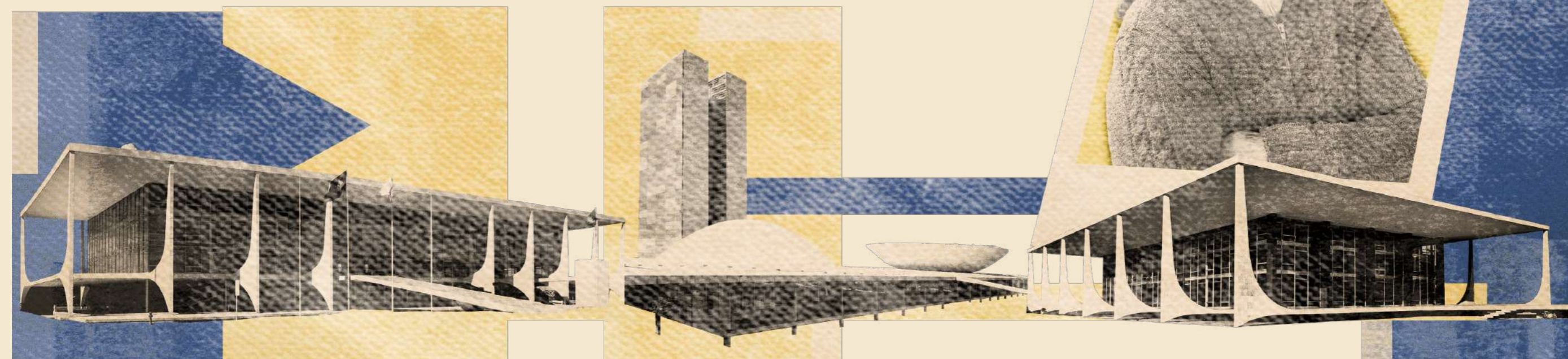


Atuação Negocial da União

Em 2025, a Procuradoria-Geral da União (PGU), por intermédio da Procuradoria Nacional da União de Negociação (PNNE), consolidou a política de solução consensual de controvérsias ao economizar R\$ 14,5 bilhões aos cofres públicos, decorrentes de mais de 33 mil acordos firmados.

Os resultados abrangem temas sensíveis da administração pública, como disputas federativas, benefícios sociais e direitos de servidores civis e militares.

Do total das economias, R\$ 7,7 bilhões representam economia direta (valores efetivamente não desembolsados pela União em razão dos acordos), enquanto R\$ 6,8 bilhões correspondem a economia indireta, decorrente da extinção de encargos processuais.



Ressarcimento ao Erário

Outro trabalho importante da PGU é representar a União na recuperação de bens, valores e créditos devidos ao governo federal, seja por meio de ações contra o crime, como lavagem de dinheiro, ou pela cobrança de dívidas.

Ao longo do ano foram ajuizados 2.145 processos que demandavam R\$ 2,4 bilhões de valores a serem restituídos aos cofres públicos. Nessas disputas a Procuradoria Nacional da União de Patrimônio Público e Probidade (PNPRO/PGU) totalizou uma arrecadação anual de R\$ 1,39 bilhão, entre valores recebido judicialmente e acordos de leniência.



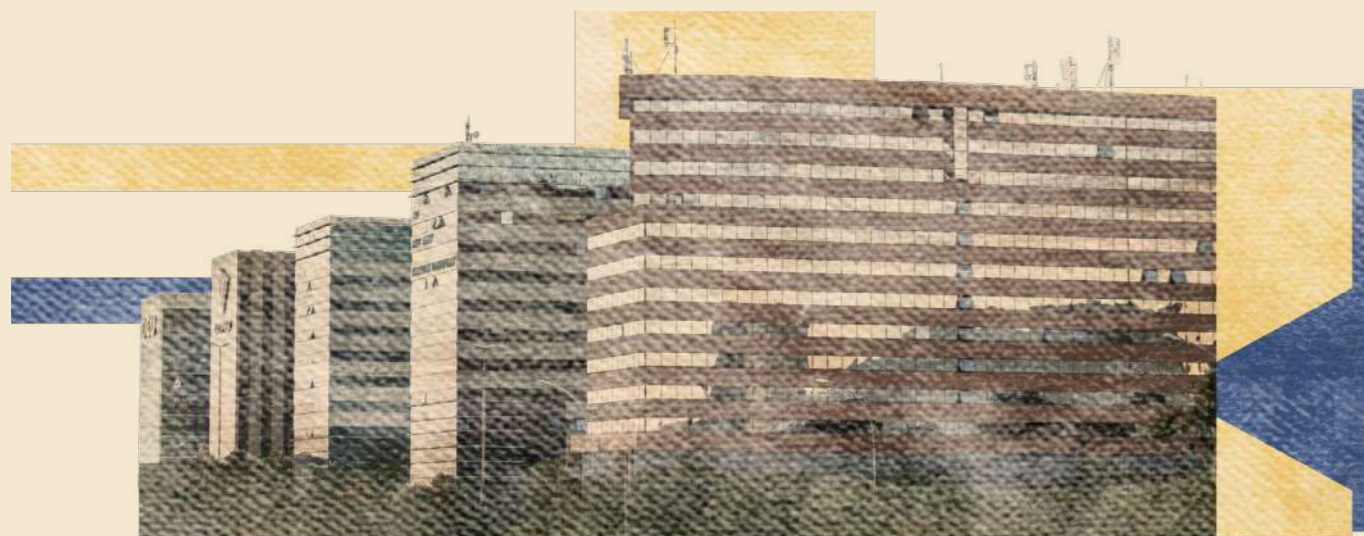
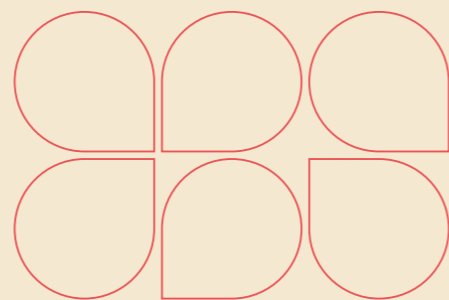


Autarquias e fundações

Os números da Procuradoria Geral Federal (PGF) mostram que a estratégia de cobrança adotada na representação de autarquias e fundações tem se mostrado acertada. Inovação, inteligência e seletividade garantiram uma arrecadação de R\$ 7,7 bilhões até setembro de 2025, um aumento de 9,15% em relação ao mesmo período de 2024.

O trabalho da PGF tem sido o de aumentar a arrecadação com menos ajuizamentos. Assim, as execuções fiscais caíram de 49.420 em 2023 para 11.643 em 2025, e as cobrança extrajudiciais viram os valores remetidos de R\$ 461 milhões em 2023 para R\$ 2,74 bilhões em 2025.

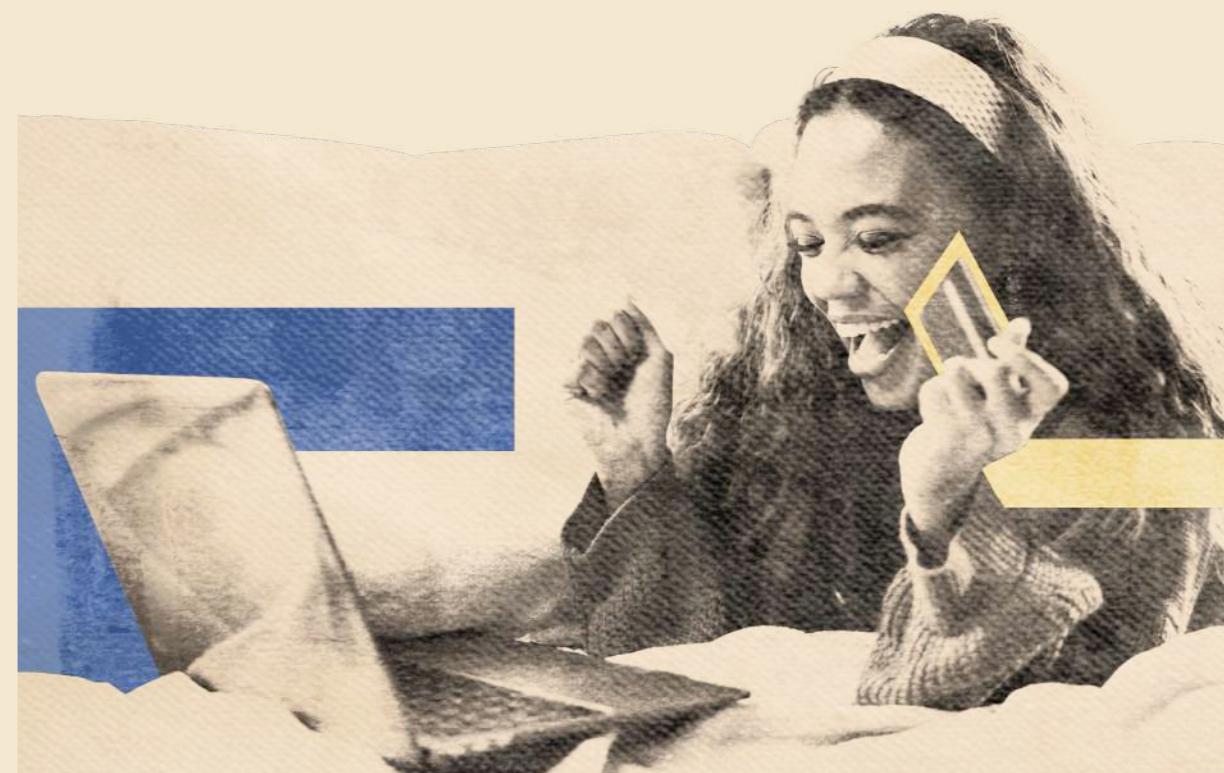
R\$ 7,7 bi
Arrecadados



Resolve Dívidas

Outra iniciativa inovadora da Advocacia-Geral da União foi a criação do portal eletrônico Resolve Dívidas AGU, uma plataforma online que agiliza o pagamento de débitos de empresas e cidadãos junto a autarquias e fundações públicas federais.

Em um primeiro momento, será possível regularizar débitos inscritos em dívida ativa com autarquias e fundações públicas federais, como multas e taxas, em cobrança pela Procuradoria-Geral Federal (PGF). Futuramente, o portal incluirá os débitos com a Administração Federal Direta, em cobrança pela Procuradoria-Geral da União (PGU), como ressarcimentos ao erário e multas contratuais com ministérios.



Recuperação de ativos

A recuperação de ativos tributários e não tributários pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) incrementou os cofres públicos em R\$ 49,2 bilhões em 2025. Desse total, R\$ 1,6 bilhão foram de créditos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mais do que os R\$ 1,4 recuperados em 2024.

Em relação ao ajuizamento de execuções fiscais, os dados mais recentes da indicam 205.722 ajuizamentos em 2025 (até o final de setembro). Este número representa um significativo incremento em comparação com os 111.600 ajuizamentos registrados em todo o ano de 2024, e supera os 170.136 ajuizamentos de 2023.

Total recuperado:

R\$ **49,2** bi

Débitos do FGTS:

R\$ **1,6** bi

Desenrola

Em outubro de 2024 a AGU disponibilizou o sistema do programa "Desenrola", que concede descontos a pessoas físicas e jurídicas que têm dívida com autarquias e fundações públicas federais.

Um ano depois, o programa se confirmou como um sucesso de arrecadação. Foram R\$ 4,9 bilhões em transações aprovadas a partir de 6.422 ações judiciais extintas ou suspensas. O montante supera em quase R\$ 1 bilhão a expectativa inicial, divulgada no lançamento do programa.

Cade

R\$ **1,6** bi

ANS

R\$ **922** mi

IBAMA

R\$ **644** mi

Acordos do Fundef

Entre os acordos promovidos pela AGU, destacam-se aqueles referentes às diferenças nos repasses do antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), firmados entre a União, estados e municípios.

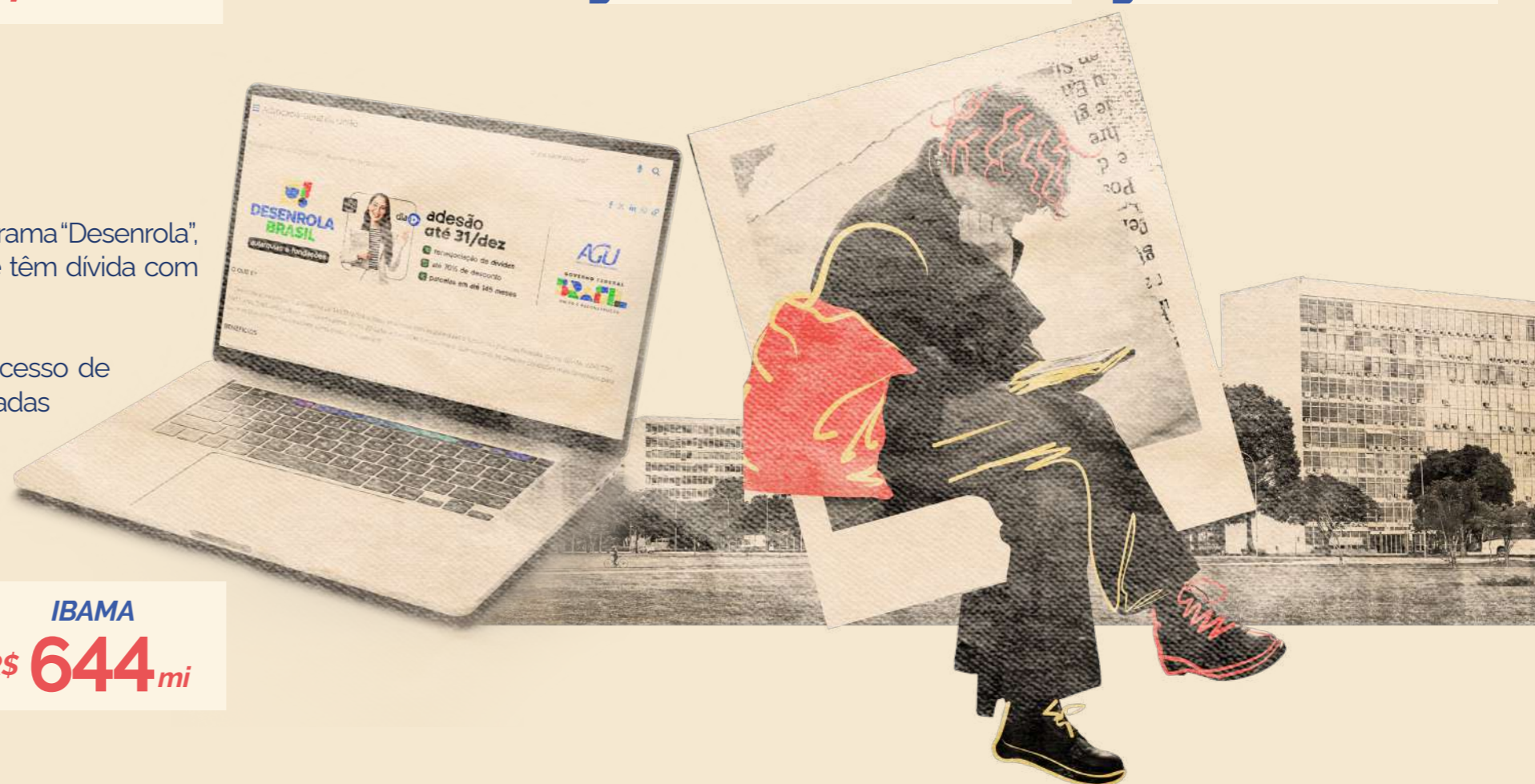
Neste ano, a AGU celebrou um acordo com o estado da Paraíba que vai garantir o repasse de R\$ 2,3 bilhões para a educação, com economia de mais de R\$ 4,3 bilhões para a União. Desde 2023 a AGU já celebrou acordos com nove estados que receberam R\$ 10,2 bilhões em repasses, com economia de mais de R\$ 16,5 bilhões para a União.

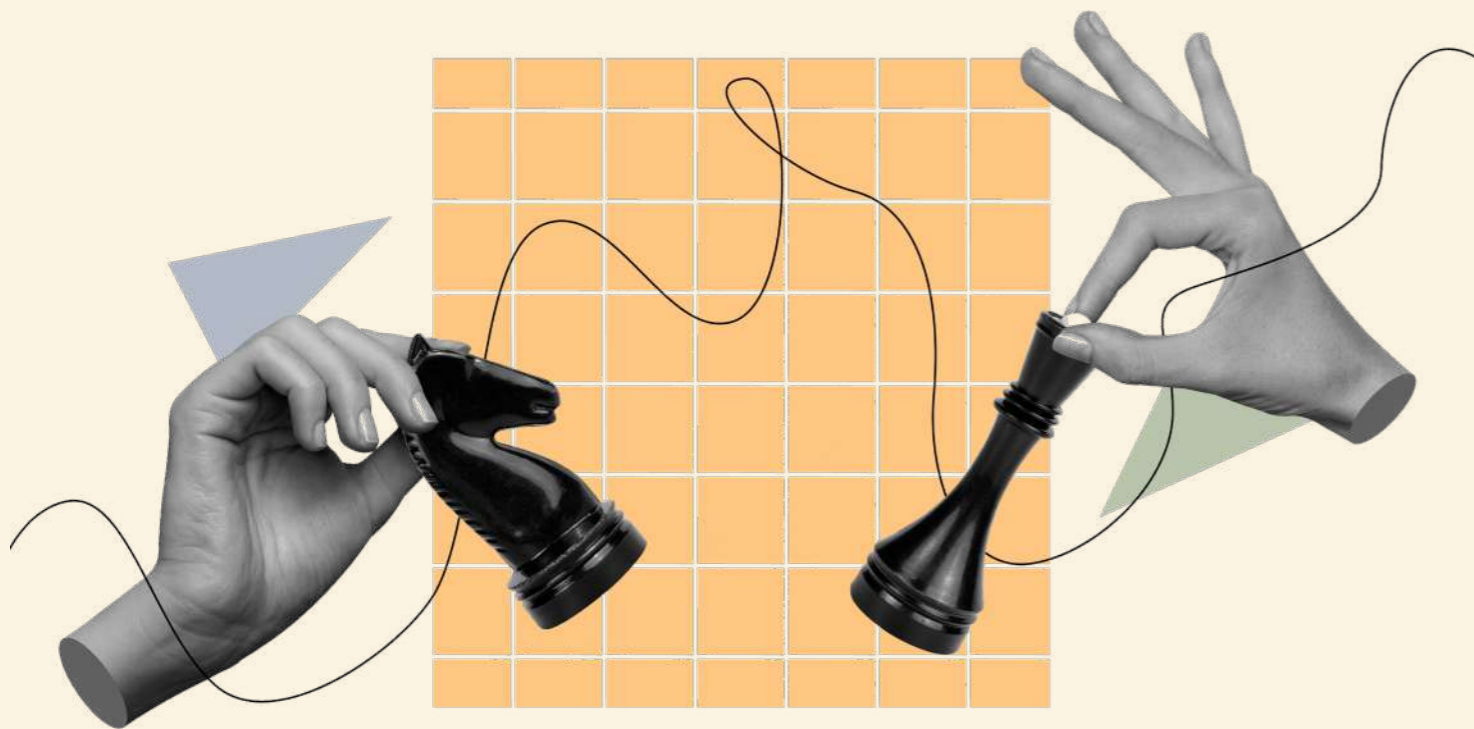
Total repassado em 2025:

R\$ **2,3** bi

Total economizado:

R\$ **4,3** bi





GESTÃO

Pode-se dizer que 2025 marcou a passagem da AGU de um órgão consultivo e reativo para se tornar parceiro estratégico na indução de políticas públicas, promoção da administração colaborativa, e indutor de soluções inovadoras.

Seja por intermédio do seu Laboratório de Inovação (Labori), que estabeleceu um novo canal de formação de parceiras por meio das Caravanas da Inovação, seja em projetos de transformações tecnológicas como o Pacífica, que amplia a capacidade de análises de processos em órgãos como o INSS, a AGU alcançou um novo status institucional.

Um exemplo foram os resultados do primeiro ano da AGU depois que foi reconhecida como Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT), uma condição que viabilizou parceiras na área de inovação com instituições como o Serpro, as procuradorias estaduais do Ceará e do Paraná e o Ministério Público do Trabalho.

Internamente, a AGU lançou o Portal dos Honorários, medida fundamental de transparência ativa da instituição, e publicou o Diagnóstico Nacional da Advocacia Pública, estudo inédito que fortalece os vínculos com as procuradorias estaduais e municipais.

Finalmente, a Advocacia-Geral da União demonstrou um papel multifacetado e estratégico na participação de fóruns, na organização de eventos, como o II Fórum Global sobre Violência Doméstica, em Fortaleza, e a COP 30.



Foto: Adobe Stock



Caravanas

O projeto Caravanas de Inovação da AGU, conduzido pelo Laboratório de Inovação da AGU (Labori), consolidou-se este ano como o maior movimento colaborativo de inovação jurídica da administração pública brasileira. Lançado em abril, seu propósito é integrar advogados públicos em torno de uma rede de inovação aberta.

Em 2025, passou por quatro estados (CE, PR, MS, PE), conectou mil participantes, 20 instituições públicas e privadas e selecionou 25 desafios jurídicos para serem trabalhados coletivamente.

Em 2026, o projeto seguirá em expansão para as regiões Norte e Sudeste, com etapas previstas em cinco estados e a ampliação das parcerias internacionais com escolas de governo e organismos multilaterais.



Foto: Renato Menezes – AscomAGU



Em números

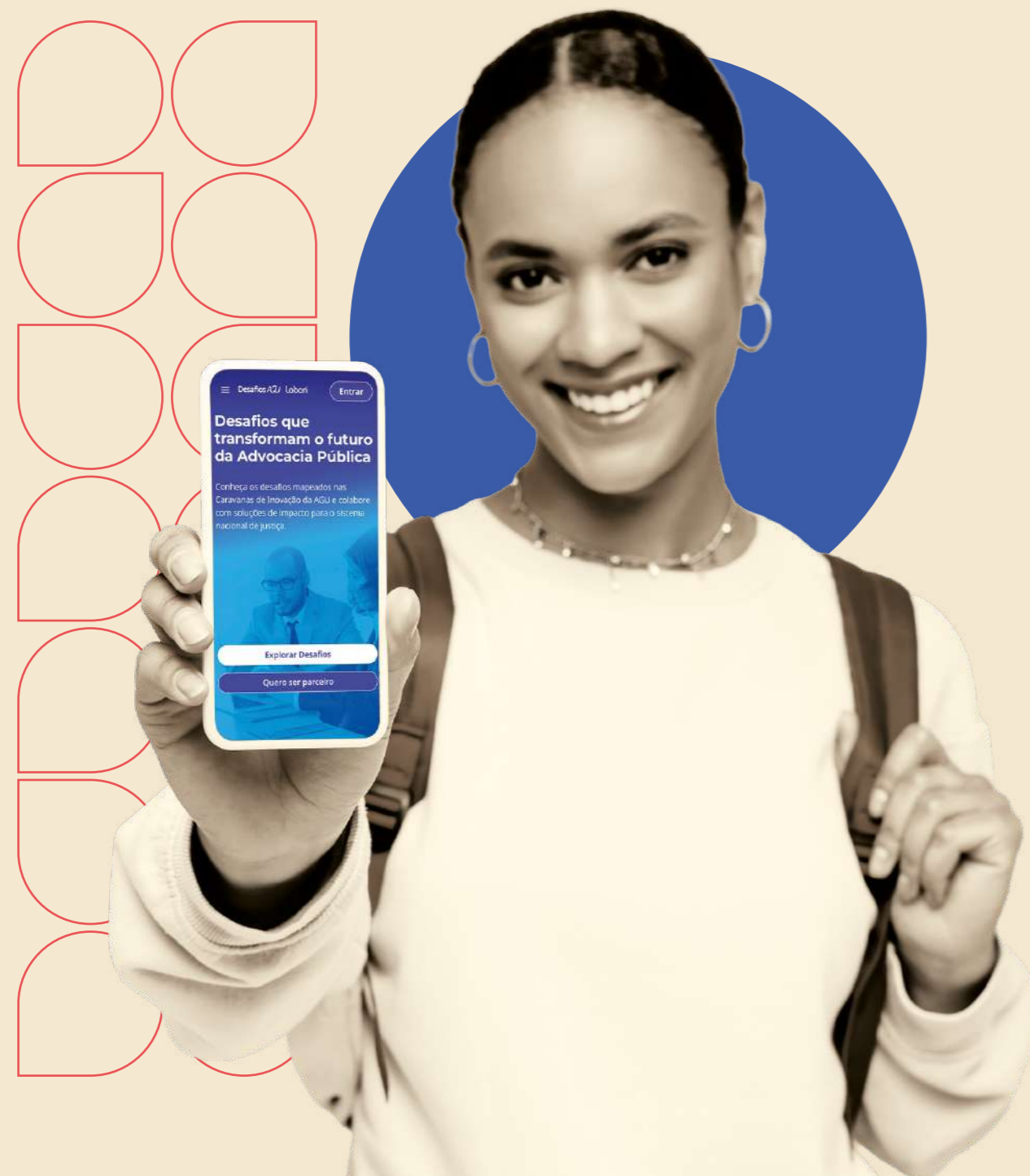




Plataforma Desafios AGU

O mais novo projeto do Labori, a plataforma Desafios AGU, é ponto de chegada das Caravanas de Inovação e, ao mesmo tempo, o marco zero para a viabilização de soluções inovadoras para a advocacia pública e a gestão pública.

Lançado em dezembro, o site reúne os desafios selecionados durante as Caravanas e tem como principal objetivo viabilizar uma rede nacional da advocacia pública.



Consolidação do Sandbox

Lançado no fim de 2024, o Guia Referencial de Sandbox Regulatório teve em 2025 sua prova final. A metodologia, que possibilita testes de regulação de produtos e serviços em ambientes controlados, passou por simulações, ganhou visibilidade nacional e internacional, publicou seu método em inglês e espanhol e foi premiado na categoria "Regulação: projetos concluídos", do Prêmio Conexão Inova.

Em agosto, a AGU publicou, em conjunto com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Organização das Nações Unidas (ONU), um estudo que atesta a maturidade do Guia para ser aplicado em inteligências artificiais. A experiência foi levada a fóruns internacionais, como o da ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em Bangkok, e a workshops sobre transparência algorítmica em cooperação com a União Europeia.

Essa jornada posicionou a AGU como um dos protagonistas no debate global sobre inovação em regulação responsável.

Em 2026, o Guia Referencial de Sandbox Regulatório da AGU deve expandir sua aplicação para as áreas de Inteligência Artificial, proteção de dados e Educação, uma iniciativa pioneira que pode transformar o Brasil em referência continental em regulação experimental educacional.



Foto: Renato Menezes - AscomAGU
Pesquisador visitante da Universidade de Harvard, Armando Guio, e a coordenadora do projeto Sandbox da AGU, Eliza Lemos, durante o debate "Um Diálogo sobre Sandbox Regulatório e Inovação", promovido pelo Labori





AGU na COP 30

A realização da COP 30 em Belém proporcionou à AGU uma participação inédita na Conferência do Clima das Nações Unidas, atuando tanto como participante e organizador de eventos paralelos quanto como integrante da programação oficial do evento. Um dos destaques dessa imersão foi o lançamento da oitava edição do Guia Nacional de Contratações Públicas Sustentáveis, uma publicação produzida pela Consultoria-Geral da União que fornece orientações aos órgãos públicos para contratações que considerem critérios ambientais, sociais, econômicos e culturais. Uma das novidades desta edição é a inclusão de previsões antidiscriminatórias nos contratos administrativos de terceirização.



Foto: Emanuelle Sena - AscomAGU

Instalações eficientes

A Secretaria-Geral de Administração da AGU, que em 2024 já havia otimizado as instalações da AGU em sete cidades com o programa "Instalações Eficientes e Sustentáveis", em 2025 viabilizou a nova sede integrada da AGU no Rio de Janeiro. Esta passou a concentrar todas as unidades da 2ª Região em um mesmo prédio e consolidou nove contratos de terceirizados em um único contrato. A mudança representa um salto em eficiência administrativa, com economia esperada de R\$ 3,1 milhões ao ano em aluguéis e serviços.

Em Recife, a AGU também ganhou uma nova sede que integra quatro unidades da 5ª Região. As novas instalações ocupam três andares do Moinho Recife Business & Life, prédio revitalizado do antigo Moinho Recife S/A. Com a obra, espera-se uma economia anual de mais de R\$ 4 milhões em locação, serviços e manutenção predial.

Ações estruturais

O livro "Ações Estruturais, Ambientais e Climáticas", coletânea de artigos que aborda o impacto das decisões judiciais e dos limites decisórios no contexto ambiental e climático, foi lançado durante a 30ª Conferência do Clima das Nações Unidas, em Belém, como parte do projeto AGU na COP. A publicação foi fruto da colaboração entre a Advocacia-Geral da União e o Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

Comunicação

O processo de fortalecimento da Assessoria Especial de Comunicação Social da AGU, que já havia rendido excelentes produtos e resultados em 2023 e 2024, concluiu sua estruturação em 2025 ao reformar e ocupar um novo espaço na Sede 1 da AGU em Brasília. As instalações são equipadas com amplos e modernos estúdios de rádio, TV e fotografia, adequados para qualquer produção de comunicação.

A Ascom da AGU se destaca na comunicação institucional com uma série de produtos aprimorados e ampliados em 2025: o programa semanal televisivo Farol, que exibiu sua segunda temporada na TV Justiça e passou a integrar também a grade de programação do CanalGov, da EBC; o podcast AGU Brasil, reportagens e boletins de rádio, distribuídos via RádioGov, veiculados na Rádio Justiça e disponíveis no Spotify; presença nas principais redes sociais, com mais de um milhão de usuários; e 10 milhões de visualizações no portal de internet.





Debate da Sejan na Fiesp sobre dúvidas de interpretação da Reforma Tributária

Segurança Jurídica

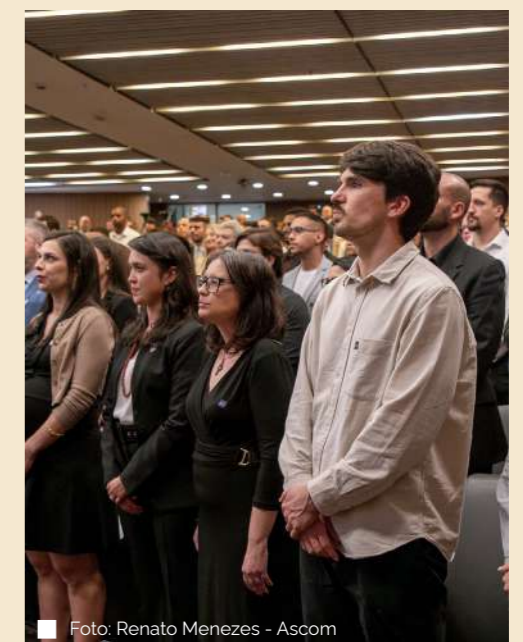
A Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios (Sejan) é um colegiado criado pela Advocacia-Geral da União (AGU) para identificar situações de incerteza jurídica e propor soluções que incentivem os investimentos no país.

Em 2025, a Sejan participou de eventos, painéis e encontros com o setor produtivo, entre eles a primeira sessão extraordinária do colegiado, realizada na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. No encontro, foram debatidos temas como a regulamentação da Reforma Tributária. Sobre o assunto, o Advogado da União Jorge Messias publicou a Portaria Normativa nº 174, que prevê o encaminhamento de dúvidas de interpretação sobre a Reforma à Sejan.

Novos servidores

O ano de 2025 marcou o reforço do corpo funcional da Advocacia-Geral da União com a nomeação de novos membros e servidores. Em setembro, foram empossados 100 membros aprovados no último concurso público da AGU: 51 advogados da União e 49 procuradores da Fazenda Nacional.

Em maio, foram nomeados 400 novos servidores de nível superior aprovados no Concurso Público Nacional Unificado. Os novos integrantes da AGU foram selecionados para 12 cargos, entre eles o de administrador, arquiteto, contador, economista e estatístico, e foram designados para diferentes estados do País.



TRANSPARÊNCIA



Código de ética

Em julho, a Advocacia-Geral da União publicou o seu primeiro Código de Ética feito totalmente de forma colaborativa. Marcado por um processo técnico e participativo, o documento foi revisado com apoio da Secretaria de Atos Normativos e sua minuta foi submetida à consulta pública na plataforma "Participa + Brasil".

No total, foram recebidas mais de 540 contribuições da sociedade, demonstrando o interesse coletivo pela construção ética da administração pública. O novo Código representou um novo ciclo de integridade, transparência e segurança jurídica na AGU e foi fruto do fortalecimento da Comissão de Ética da AGU e o apoio direto da atual gestão.

Portal dos honorários

Em setembro, a AGU lançou o Painei dos Honorários Advocatícios de Sucumbência, um portal que amplia a transparência sobre os valores recebidos a título de honorários de sucumbência pelos advogados públicos federais.

Esses valores já eram públicos e podiam ser acessados pelo site da AGU. Com a criação do portal, é possível acompanhar em detalhes as informações e obter maior controle social sobre a distribuição dos honorários de sucumbência.

Hospedado no Portal da AGU, o painel também reúne informações sobre o desempenho e a eficiência da atuação dos advogados públicos.



Princípios e valores

Juntamente com o Portal da Transparência, a AGU enviou ao Conselho Curador de Honorários Advocatícios (CCHA) duas recomendações: para que não sejam instituídos novos direitos e vantagens reconhecidos e pagos com efeitos retroativos aos advogados federais; e que a criação de novas rubricas de natureza indenizatória seja condicionada à deliberação do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União (AGU).

As medidas obedecem aos princípios que regem a administração pública e à necessidade de aprimorar os controles sobre o reconhecimento e o pagamento de direitos e vantagens com vefeito retroativo.



DIRIGENTES

Jorge Messias
Advogado-Geral da União

Flavio José Roman
Secretário-Geral de Consultoria e
Advogado-Geral da União Substituto

Clarice Costa Calixto
Procuradora-Geral da União

Anelize Almeida
Procuradora-Geral da
Fazenda Nacional

Andre Augusto Dantas Motta Amaral
Consultor-Geral da União

Adriana Maia Venturini
Procuradora-Geral Federal

Heraclio Mendes de Camargo Neto
Corregedor-Geral da
Advocacia da União

Cristiano de Oliveira Lopes Cozer
Procurador-Geral do Banco Central

**Isadora Maria Belem Rocha
Cartaxo de Arruda**
Secretária-Geral de Contencioso

João Carlos Souto
Diretor da Escola Superior da AGU

Junior Divino Fideles
Adjunto do Advogado-Geral da União

Paulo Ronaldo Ceo de Carvalho
Adjunto do Advogado-Geral da União

Caio Castelliano de Vasconcelo
Secretário de Governança e
Gestão Estratégica

Elisa Monteiro Malafaia
Secretária-Geral de Administração

Cesar Dutra Carrijo
Secretário de Atos Normativos

Diogo Luiz da Silva
Secretário de Controle
Interno da AGU

Leila de Moraes
Chefe de Gabinete do
Advogado-Geral da União

Teresa Villac Pinheiro
Procuradora-Chefe da Procuradoria
Nacional de Defesa do Clima e do Meio
Ambiente

**Claudia Aparecida
de Souza Trindade**
Assessora Especial de Diversidade e
Inclusão

Luiz Gustavo Rabelo Carneiro
Assessor Especial de Comunicação

João Henrique Bayão
Assessor de Relações Internacionais

Francis Christian Alves Bicca
Ouvidor/Encarregado pelo Tratamento
de Dados Pessoais

Daniel Lopes Coimbra
Assessor Especial Assuntos
Parlamentares e Federativos

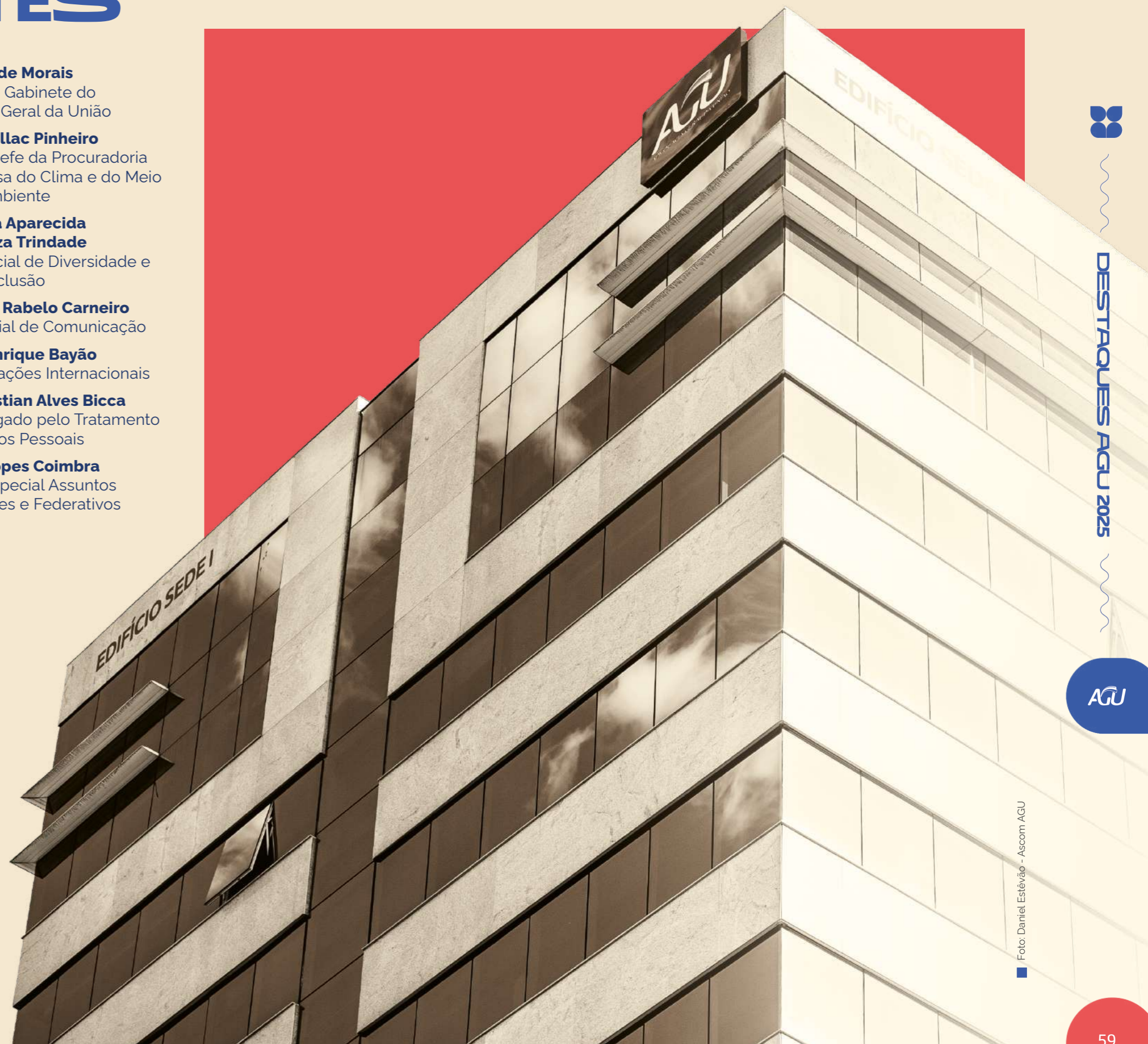


Foto: Daniel Estêvão - Ascom AGU



DESTAQUES AGU 2025



DESTAQUES AGU 2025

AGU

Ed. Sede I
Setor de Autarquias Sul
Quadra 3 - Lote 5/6
Ed. Multi Brasil Corporate
Brasília-DF - CEP 70.070-030
Fones: (61) 2026-9202 e 9712

Ed. Sede II
Setor de Autarquias Norte
Quadra 5 - Lote C
Centro Empresarial CNC
Brasília-DF - CEP 70.297-400

Ed. Sede III
Setor de Indústrias Gráficas
Quadra 6 - Lote 800
Brasília-DF - CEP 70.610-460
Fones: (61) 2026-7709 e 7807

gov.br/agu

